

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Salto no patrimônio da mãe de auditor levantou suspeitas 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf afasta tributação sobre auxílio-academia 4

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Como funcionava o esquema bilionário de fraude fiscal 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Eletrobras: aposentados veem renda passar de R\$ 14 mil para R\$ 600 6

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - A PARTE
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma da Previdência provoca embate com servidores em Ibitaré 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova 'bônus' para acelerar análises do INSS 9

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SERVIDOR PÚBLICO

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária da Renda (Artigo) 11

O GLOBO - RJ - RIO
REFORMA TRIBUTÁRIA

As propostas do governo que os deputados vão analisar 12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ambiente de negócios 2 (Artigo) 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote antitarifa terá crédito de R\$ 30 bi, compra do governo e adiamento de tributo 15

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lucro da Frigol dá salto e chega a R\$ 86,6 milhões 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF deve julgar ação que pode impactar contas de energia 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA ainda acima do teto 20

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Crise econômica afunda Bolívia às vésperas da eleição	21
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Plano prevê conciliar PIB maior e redução de gás-estufa	23
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
O Pix e o PIB (Artigo)	25
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar fica abaixo de R\$ 5,40 e Ibovespa salta 1,69% com retomada de otimismo	27
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Economia do país está desacelerando, diz Alfredo Setúbal	29
VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE ECONOMIA	
FIP aberto ao varejo exige cuidado e perfil adequado	30

Salto no patrimônio da mãe de auditor levantou suspeitas

A operação que levou à prisão do fundador da Ultrafarma, Sidney Oliveira, teve início após investigações do Ministério Público constatarem a evolução patrimonial da mãe do auditor fiscal, Artur Gomes da Silva Neto, preso ontem e acusado de ter recebido mais de R\$ 1 bilhão em propina.

Segundo documentos do MP, a mãe do auditor, identificada como Kimio Mizukami da Silva, era sócia da empresa Smart Tax, que teria sido usada para a lavagem do dinheiro recebido das empresas.

Em 2021, o patrimônio declarado pela empresa foi de R\$ 411 mil. Já em 2023, o patrimônio da Smart Tax chegou a R\$ 2 bilhões. O auditor Silva Neto, que havia fundado a Smart Tax com sua mãe, saiu do quadro estatutário em 2013. A empresa não tinha nenhum outro funcionário, e sua sede era a residência do auditor, em Ribeirão Pires, onde foi preso. Até meados de 2021, a Smart Tax não tinha qualquer atividade operacional.

Este aumento patrimonial teria sido decorrente da compra de cripto moedas, segundo declarado à **Receita Federal**. O MP apurou que essas cripto moedas teriam sido adquiridas por meio de valores recebidos da Smart Tax.

Em 2021, a Smart Tax passou a ter como ocupação a "prestação de serviços especializados em consultoria, assessoria e auditoria tributária".

"Os dados fiscais enviados pela **Receita Federal**, com a quebra de sigilo da mãe, permitiram constatar evolução patrimonial absurda, em decorrência de rendimentos advindos da empresa Smart Tax", diz o MP nos autos.

Segundo o MP, o contador da Smart Tax, Agnaldo de Campos, ao lado do auditor Artur, era o principal responsável pelo uso da empresa para a lavagem de recursos obtidos em um esquema de corrupção que é alvo da investigação.

"Agnaldo age como 'testa de ferro' de Artur nas negociações da Smart Tax", diz o MP.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Carf afasta tributação sobre auxílio-academia

Beatriz Olivon

De Brasília O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** afastou a incidência de contribuição previdenciária sobre auxílio-academia. O benefício era concedido pela empresa de logística e transporte de petróleo e derivados Transpetro a dois funcionários, por meio de reembolso das mensalidades. A decisão, por maioria de votos, é da 2ª Turma da 1ª Câmara da 2ª Seção. Cabe recurso.

O auxílio-academia era parte de uma autuação fiscal que cobrava da Transpetro R\$ 44,3 milhões, referente a contribuições previdenciárias devidas sobre a folha de salários do período de janeiro a dezembro de 2018. O valor inclui ainda abono e auxílio-creche, que também não foram tributados pela empresa.

A Transpetro alegou no processo administrativo que os valores pagos como remuneração variável não sofrem incidência de contribuição previdenciária por não terem habitualidade. E que o reembolso de auxílio-academia era devido por causa de contrato coletivo de trabalho, o que também afastaria o caráter remuneratório da verba.

A empresa explicou que o auxílio-academia é um benefício concedido por meio de reembolso condicionado à comprovação da despesa e à efetiva prática de atividade física, sendo "mera indenização e não parcela remuneratória". Para ela, é "descabida" a pretensão de tributar um reembolso fundado em cláusula de estímulo à saúde.

A Transpetro também argumentou que a autuação fiscal, no ponto sobre o auxílio-academia, refere-se ao pagamento de dois empregados que haviam sido cedidos pela Petrobras Distribuidora, que permaneceu como responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias.

Quanto aos valores denominados "abono PCR", a Transpetro alegou que eles não têm natureza salarial porque que não remuneram o trabalho, não foram pagos com habitualidade e são expressamente desvinculados do salário. O abono era uma gratificação paga como incentivo a adesão ao novo plano de cargos da empresa.

No voto, o relator, conselheiro José Márcio Bittes, manteve apenas a cobrança sobre o auxílio-creche, por falta de provas de que era real mente essa a finalidade do benefício. Ele aponta no voto que não é

toda contraprestação decorrente de uma relação de trabalho que gera o dever de pagar contribuição previdenciária.

Apenas as parcelas estritamente salariais geram esse dever, diz Bittes, ficando isentos ganhos eventuais e abonos expressamente desvinculados do salário. Por isso, o conselheiro afastou a cobrança sobre a verba chamada "abono PCR". Para o relator, nessa situação ficou evidente a desvinculação do pagamento em relação ao salário do empregado.

No ponto relativo ao auxílio-academia, o relator reformou decisão anterior que mantinha a tributação. Pondera que a verba não decorre de contraprestação pelo trabalho, mas sim de política de qualidade de vida pactuada coletivamente, sendo devida só quando há a apresentação de comprovantes de despesas pelos empregados.

O benefício, segundo o relator, não configura complemento salarial, nem gera expectativa habitual de recebimento. "Porque o reembolso só se concretiza se houver efetiva realização da atividade física e a apresentação da comprovação da despesa correspondente", diz ele.

Segundo Leandro Cabral, sócio do escritório Velloza Advogados, após a pandemia, alguns auxílios além dos relacionados a alimentação e transporte se popularizaram, como ajuda de custo para pagar internet e academia. "A situação acabou levando, contudo, a novos questionamentos sobre tributação", afirma ele, acrescentando que a **Receita Federal**, historicamente, tem maior resistência a não tributar quando há reembolso em vez do pagamento direto do auxílio.

Por meio de nota enviada ao Valor, a Transpetro informa que o colegiado [do **Carf**] decidiu afastar a cobrança de contribuição previdenciária sobre os reembolsos pagos a título de academia, reconhecendo que esses valores se referem a benefícios coletivos voltados à saúde, sem caráter remuneratório. "A decisão proporciona segurança jurídica para as políticas de bem-estar implementadas pela empresa", diz a empresa.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não quis comentar a decisão (processo nº 08700.004860/2018-74).

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250813>

Como funcionava o esquema bilionário de fraude fiscal

Ana Paula Branco e Tulio Kruse

Segundo o MP-SP, Arthur Gomes da Silva Neto orientava as empresas fraudadoras sobre a documentação necessária para pedir ressarcimento de créditos de ICMS, corrigindo os papéis, quando preciso. Com os documentos e o certificado digital da empresa em seu poder, ele próprio fazia o pedido e autorizava o pagamento do crédito tributário.

A Promotoria afirma haver documentos em que o fiscal atestava às empresas que o procedimento não seria revisado internamente pela Sefaz-SP.

O promotor de Justiça Roberto Boldini afirma que esse ponto será apurado junto à Secretaria da Fazenda, para esclarecer como o servidor tinha autonomia para realizar todas essas etapas.

A investigação usou quebra de sigilo telemático, fiscal e bancário. Os investigadores identificaram que a empresa Smart Tax, registrada em nome da mãe de Arthur Gomes da Silva Neto, passou a receber milhões de reais da Fast Shop a partir do segundo semestre de 2021 pela assessoria de pagamentos de créditos tributários.

Em valor bruto, de acordo com a **Receita Federal**, o valor supera R\$ 1 bilhão.

O MP-SP considera a Smart Tax uma empresa de fachada, pois não tinha funcionários e era formalmente representada pela mãe do fiscal, que não possui experiência técnica para prestar serviços tribu-

tários. Segundo Boldini, a empresa superfaturava valores para o ressarcimento de créditos tributários.

A evolução patrimonial da empresa foi o ponto de partida da investigação.

"Até o ano de 2021, ela declarou um patrimônio de cerca de R\$ 411 mil no Imposto de Renda dela. No ano de 2023, ela declarou um patrimônio de R\$ 2 bilhões. Então, isso seria um saldo patrimonial que indicava a prática de lavagem de dinheiro", afirma o promotor ícaro Volpato Bedone.

A empresa, cuja sede é a residência de Silva Neto em Ribeirão Pires (Grande SP), onde foi cumprido o

mandado de busca e apreensão, não tinha qualquer atividade operacional ou carteira de clientes até junho de 2021.

A promotoria de Justiça afirma que o mesmo serviço prestado para a Fast Shop era prestado para a Ultrafarma. Não foi informado qual o valor movimentado pela Ultrafarma. "Um dos objetivos da operação de hoje é conseguir especificar como eram feitos esses pagamentos", afirma o promotor ícaro Volpato Bedone. Segundo o promotor, Sidney Oliveira

e Mário Otávio Gomes trocavam diretamente emails com a empresa de fachada e com o auditor fiscal.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3213#book>

Eletrobras: aposentados veem renda passar de R\$ 14 mil para R\$ 600

Os contracheques de 815 aposentados da Eletrobras têm vindo com descontos de até 50% para cobrir déficits acumulados em seus planos de previdência. Em alguns casos, se somados os **tributos** e contribuições obrigatórias, muitos têm praticamente todo o benefício comprometido. O alerta foi feito pelo colunista do GLOBO Elio Gaspari, no último domingo.

Os aposentados fazem parte do Plano de Benefício Definido (BD) do Fundo Eletros, vinculado à patrocinadora Eletrobras, que foi privatizada em 2022. Segundo as associações dos Aposentados Participantes da Eletros (Apel) e dos Assistidos dos Planos Pre-videnciários da Eletros (AABD), os descontos se referem aos déficits acumulados de 2011, 2013, 2015 e 2021.

A Eletros administra sete planos previdenciários, com mais 5,5 mil participantes.

"DÍVIDA PARA A FAMÍLIA"

Ieda Maria Brandão, de 81 anos e aposentada desde 1996, viu seu benefício bruto de cerca de R\$ 14 mil mensais cair para R\$ 600, após os descontos para cobrir o déficit, **impostos** e outras deduções, Ieda, que trabalhou por 23 anos como assistente administrativa da diretoria da Ele-

trobras, teve de vender o carro, dispensar a profissional que fazia a limpeza de sua casa, interromper as aulas de ginástica e voltar a trabalhar para conseguir fechar as contas:

- Quem sustenta a renda da minha casa sou eu. Meu marido, de 83 anos, não recebe aposentadoria do **INSS** e, por isso, não houve alternativa: precisei voltar a trabalhar.

Além do valor que recebe do fundo, Ieda tem uma aposentadoria do **INSS** de R\$ 6 mil, que é usada para custear as necessidades básicas do casal, incluindo pagar os planos de saúde.

- Eu me sinto roubada e enganada -desabafa.

Já Jany Mosso, de 77 anos, que foi secretária da presidência da Eletrobras por quase duas décadas, viu os R\$ 11 mil de seu benefício bruto se tornarem apenas R\$ 1 mil após os abatimentos do déficit e dos

impostos. Ela recebe R\$ 4 mil de aposentadoria pelo **INSS**, o que vai integralmente para pagar seu plano de saúde:

-Hoje pago R\$ 6 mil. Para quitar tudo, junto a aposentadoria com o que sobra do Eletros e ainda peço uma parte emprestada ao meu marido.

Com a drástica redução de renda, Jany decidiu vender o apartamento recém-refor-mado onde mora com o marido, no bairro do Humaitá, na Zona Sul do Rio:

-A sorte é que conseguimos guardar um dinheiro que ajuda a segurar as contas pelos próximos três meses, pelo menos até conseguirmos vender o apartamento.

O impacto também atinge Luiz Antônio Araújo, 79 anos, que ingressou na Eletrobras em 1973 como auditor e permaneceu até 1992, quando aderiu a um Programa de Desligamento Voluntário. Mesmo fora da empresa, ele continuou contribuindo para o Plano BD da Eletros até se aposentar pelo **INSS**, em 2004, somando 31 anos de contribuição. Antes dos descontos extraordinários, recebia em tomo de R\$ 17 mil; hoje são cerca de R\$ 4 mil.

- Meu medo é morrer e essa conta ficar para a minha esposa pagar. Quantos de nós ainda têm esse tempo de vida? Já estamos na fila para embarcar no barco do fim. E ninguém quer partir e deixar uma dívida para a família-lamenta.

LUTA NA JUSTIÇA

Araújo só não cortou gastos essenciais, como o plano de saúde, por ter uma poupança:

- Mas tenho colegas que estão pensando em cancelá-lo para poder ter dinheiro para comer.

O imbróglio já gerou duas ações judiciais pedindo o fim da cobrança extra para equalizar os déficits. A primeira é

de 2020, quando a Apel conseguiu uma liminar que impedia os descontos. Esta, porém, foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal da 2-Região (TRF2) no ano passado. A AABD, por sua vez, ingressou este ano com outra ação na Justiça.

A Apel pede que a Eletros mantenha o acordo feito em 2006, pelo qual arcaria com 100% das perdas. Já a AABD quer que as empresas absorvam metade do déficit.

Paulo Roberto Silveira, presidente da Apel, que representa 617 aposentados com idade média de 80 anos, lembra que desde o início dos descontos, este ano, estes somam 50% do valor do benefício.

- Mas com a soma de **tributos** e contribuições obrigatórias, muitos aposentados têm praticamente toda a aposentadoria comprometida. É uma situação catastrófica -lamenta Silveira.

Ele explica que ação aberta em 2020 está no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Apel pede que seja honrado o compromisso feito pela

empresa e que, até que o caso seja resolvido de forma definitiva, haja uma redução no volume dos descontos, com a criação de uma espécie de teto:

- E preciso chegar a um consenso.

Cristina Almeida, que faz parte da diretoria da AABD, que representa 144 aposentados com idade média de 77 anos, diz que os aposentados vêm arcando com até 97% do rombo do fundo, que hoje é de R\$ 1 bilhão:

- O desconto médio do nosso grupo é de 30%, mas, mesmo sem déficit recente, o desconto aumenta, e está hoje em 32%. Não queremos que (a empresa) arque com 100%, mas que mantenha a paridade conforme a lei, arcando com 50%.

ELETROS DIZ LAMENTAR

Segundo Cristina, há casos em que alguns aposentados, além de ver o contracheque quase zerado, recebem boletos para pagar gastos de planos de saúde e empréstimos financeiros.

- É uma situação muito

sensível -afirma.

Procurada, a Eletros ressaltou que o TRF2 reconheceu a legitimidade das cobranças extraordinárias. E afirmou em nota que, a fim de garantir a sustentabilidade do Plano de Benefício Definido, foi elaborado um plano para pagamento das contribuições em atraso. "Com isso, em alguns casos, o assistido impactado pelo pagamento de pensão alimentícia, empréstimos contraídos, entre outros descontos individuais acaba sofrendo uma redução significativa no seu benefício."

A Eletros disse lamentar "imensamente" a situação dos beneficiários do Plano BD, mas que "a cobrança de contribuições extraordinárias decorre de obrigação legal." E acrescentou que ofereceu a migração do Plano BD da Eletrobras para um Plano de Contribuição Definida em 2021, mas "muitos assistidos optaram por não realizar a migração".

*Estagiário, sob a supervisão de Luciana Rodrigues

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma da Previdência provoca embate com servidores em Ibirité

Funcionários públicos de Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entraram em rota de colisão com a prefeitura da cidade desde a última semana devido ao início da tramitação, no Legislativo, de um projeto que altera as regras do Regime Próprio da **Previdência Social** dos servidores municipais para adequação às normas da reforma da Previdência, de 2019.

A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, de autoria da Prefeitura de Ibirité, entrou na pauta da Câmara na última sexta-feira (8/8) e deve ser analisada hoje, às 14h, em reunião da Comissão Especial criada para analisar o texto na Casa.

Servidores apontam que a proposição - cujo teor foi anunciado pelo Executivo municipal ainda em maio deste ano - deve ter impacto direto na idade mínima para aposentadoria e no valor de pensões e aposentadorias por invalidez. Atualmente, as normas do Instituto de **Previdência Social** de Ibirité (Ipasi) preveem que mulheres podem se aposentar com 55 anos de idade e 30 de contribuição, enquanto homens podem ter acesso ao benefício aos 60 de idade e 35 de contribuição. Se a reforma for aprovada, as idades mínimas passarão para 62 e 65 anos, respectivamente.

As manifestações contrárias à proposta da prefeitura mobilizam movimentos sindicais e encabeçam, inclusive, a pauta de reivindicações dos servidores da educação de Ibirité, que entraram em greve na última segunda-feira (11/8). Os trabalhadores da categoria prometem realizar uma assembleia geral hoje, às 9h, em frente à sede da prefeitura, para pedir aos representantes do Executivo e do Ipasi que a proposta de emenda seja retirada da pauta da Câmara Municipal.

"A gente está se sentindo muito atacado por um governo que, em campanha, prometeu que não retiraria direitos, prometeu que iria cuidar do trabalhador e da trabalhadora, mas não é isso que está acontecendo", declarou ao Aparte a coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação (Sind-UTE) em Ibirité, Mônica Corrêa.

Procurada, a prefeitura não tinha se manifestado até o fechamento desta edição. Em justificativa anexa à proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, o

Executivo argumentou que a reforma é "urgente" para garantir o equilíbrio financeiro do Ipasi e "assegurar que não falem recursos em um futuro muito próximo para custear despesas com os servidores municipais, garantindo que eles recebam suas aposentadorias e pensões de forma correta, assertiva e segura". (Clarisse Souza)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>

Senado aprova 'bônus' para acelerar análises do INSS

I NAOMI MATSUI, VICTOR OHANA e PEPITA ORTEGA/BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem o projeto originado da Medida Provisória (MP) 1.296/2025, que institui um programa de "bônus" para funcionários públicos com o objetivo de acelerar as análises de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O projeto segue para sanção presidencial.

A proposta, aprovada de forma simbólica (sem votação), institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), com previsão de pagamentos extraordinários a profissionais - R\$ 68 para o **INSS** e R\$ 75 para a perícia médica federal - para cada processo finalizado.

A duração do programa é de 12 meses, com possibilidade de prorrogação única, sem passar de dezembro de 2026.

Segundo o texto, esses pagamentos extraordinários não serão incorporados aos vencimentos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

"Agora eu entendi porque a Ultrafarma sempre conseguia vender os remédios abaixo até do preço de custo."

FÁBIO FREITAS

"A maioria do povo rico é trambiqueiro. Não existe isso de superação, meritocracia." CARLA DANIELE

"**Servidores públicos** recebendo propinas no Brasil, nenhuma novidade nisso." GLICÉRIO CAVALCANTI

"Onde tem fiscal e empresário brasileiro que chora por pagar imposto, desconfie." CLAUDIO BATISTA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma Tributária da Renda (Artigo)

ALLINE GUIMARÃES

A proposta de reforma tributária sobre a renda, atualmente em discussão no Congresso Nacional, representa um dos eixos mais sensíveis e estruturantes do redesenho do sistema tributário brasileiro.

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu o novo modelo de tributação sobre o consumo, o foco das atenções se desloca para a tributação sobre a renda, um campo historicamente marcado por distorções, regressividade e tratamentos assimétricos entre pessoas físicas e jurídicas.

Atualmente, o sistema de tributação da renda no Brasil apresenta múltiplas falhas que fragilizam sua legitimidade e eficácia.

Uma das principais críticas reside na baixa progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), agravada por um modelo que permite, por exemplo, a isenção de lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas desde 1995. Ao mesmo tempo, trabalhadores assalariados, que não contam com os mesmos mecanismos de planejamento tributário, acabam onerados proporcionalmente de forma mais intensa, o que fere os princípios constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia tributária.

A proposta apresentada pelo governo federal, em fase de discussão desde 2021 e que deve ser desdobrada em projetos de lei complementar, visa restabelecer uma maior progressividade, reintroduzindo a tributação sobre lucros e dividendos, com alíquota de 15%, e ao mesmo tempo promovendo ajustes nas faixas de isenção e nas alíquotas do IRPF..

ALLINE GUIMARÃES, advogada e Mestre em Direito Tributário e Finanças Públicas pelo IDP/DF

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil>

As propostas do governo que os deputados vão analisar

Videomonitoramento de áreas publicas do estado

O governador Cláudio Castro pede à Alerj em regime de urgência a autorização para instalar câmeras de segurança e outras tecnologias de videomonitoramento em locais públicos, sinais de trânsito e marquises, independentemente de licenciamento ou autorização prévia. Os recursos para o projeto viriam de fontes como o Fundo Estadual de Investimento em Segurança Pública, transferências da União, doações, parcerias e convênios com municípios.

Proibição total de visitas íntimas para detentos

A proposta é proibir qualquer tipo de visita íntima aos presos. Na justificativa do projeto, Castro alega que "a satisfação da lascívia não pode ser confundida com o exercício da garantia do direito da pessoa humana", já que a permissão a visitas de familiares será mantido. O argumento é que esses encontros, feitos em locais sem controle de câmeras, vêm sendo usados pelas facções para a troca de informações entre os presos e criminosos que estão em liberdade.

Autorização para saída temporária ou para trabalhar

O direito dos presos para sair do sistema penitenciário seja para trabalhar ou em ocasiões especiais como o Natal, será mantido já que este é um benefício que está previsto pela Lei de Execuções Penais. Mas o projeto estabelece que a avaliação para conceder esse direito terá que levar em conta se o detento, ao entrar no sistema para cumprir a pena, declarou pertencer a alguma facção criminosa.

Contratação de PMs e bombeiros da reserva

Permite ao estado contratar agentes reformados no sistema de Prestação de Serviço por

Tempo Certo, pelo prazo de até nove anos. Os PMs não participariam de operações ou policiamento ostensivo. A ideia é que atuem no lugar de efetivos que hoje trabalham em funções administrativas ou atuem como instrutores nos quartéis.

Uso dos royalties do petróleo para pagar dívidas

O governador pede em regime de urgência autorização

para usar recursos dos royalties do petróleo para pagar a dívida pública para a União. Hoje, os royalties são usados para financiar a previdência dos servidores do estado. Os recursos, porém, só seriam empregados na hipótese de não haver déficit no Rioprevidência.

Redução de juros e créditos de precatório para pagar dívidas

O Executivo enviou a proposta de abrir uma nova Refis, programa

de refinanciamento de créditos tributários de ICMS e outros **tributos**, inscritos ou não em Dívida Ativa. O governo propõe perdoar até 95% dos juros e dos encargos em atraso, desde que o pagamento seja efetivado à vista. Há ainda possibilidade de parcelar a dívida, com descontos variáveis conforme o valor de entrada. Também poderá ser feito um acerto de contas com os devedores, oferecendo precatórios para abater o saldo a pagar, prevendo descontos sobre as multas e encargos que variam conforme o tributo. A expectativa é que isso represente um incremento de receitas entre R\$2 bilhões e R\$ 3 bilhões. Advogado especializado em Direito Tributário. David Nigrí diz que há vantagens para o governo, que tenta melhorar sua arrecadação e reduzir seu nível de endividamento tendo menos gastos futuros com precatórios. No caso dos contribuintes, esta seria uma oportunidade para

saldar os débitos com descontos. Há pelo menos dez anos o estado não tinha um programa deste tipo. A regra vale para **tributos** lançados até 28 de fevereiro de 2025. Essas novas receitas poderiam ser usadas, por exemplo, para pagar parte da entrada para o governo do estado aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), cujas regras ainda dependem da votação de vetos pelo Congresso Nacional.

Redução gradual de benefícios de incentivos fiscais

O projeto reduz progressivamente os percentuais de benefícios fiscais concedidos a empresas. Isso se dará com o repasse obrigatório desses recursos - que as empresas vão voltar a pagar aos poucos - para o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). que hoje já recebe em média 10% do benefício. Para 2026. essa retenção

chegará a 30% do valor do "desconto" concedido às empresas. Os cortes continuarão nos anos seguintes até acabar com qualquer isenção em 31 de dezembro de 2032. Esse prazo segue uma exigência aprovada pela **Reforma Tributária** para dar fim à guerra fiscal entre os estados. A meta do projeto é gerar R\$ 800 milhões para o caixa do estado.

Sustentável. Baía Reinventada e Governar a Metrópole. Uma delas prevê criar um órgão para coordenar o transporte público na região. Há ainda propostas para a extensão da rede metro-viária da região.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Venda de imóveis sem uso ou que são subutilizados

Um dos projetos pede autorização para vender 47 imóveis, sendo quatro em Niterói, um em Maricá e os demais na cidade do Rio. que podem gerar R\$ 1 bilhão ao governo. Dessa lista, porém, 11 já constavam de outra proposta enviada à Alerj em 2022, entre os quais uma área na Avenida Bartolomeu Mitre que foi ocupada pelo 23º BPM (Leblon). Todos encalharam. Entre as novidades, está a previsão de se desfazer de terre-

nos na Ilha da Pomboba, na Barra Olímpica. Há ainda a intenção de vender lojas e terreno na Rua Humberto de Campos 315, no Leblon, onde fica a 14ª DP. Outro imóvel é uma loja no Mercado das Flores, no centro do Rio. Tem ainda um na Rua Uruguai. 62. no Andaraí.

Atualiza a legislação que trata da carreira da Polícia Militar

Faz alterações na legislação estadual que regulamenta os efetivos da Polícia Militar para adequá-los às regras previstas na Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros (Lei Complementar 14.571/2023).

Muda a lei da Polícia Civil para adequá-la a regras nacionais

Cria o cargo de Oficial da Polícia Civil, que prevê a unificação de três cargos existentes hoje: oficial de cartório de polícia, investigador e inspetor de polícia, seguindo nomenclatura da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis.

Promove a reestruturação da carreira da Polícia Civil

O projeto atualiza uma legislação de 2010 que trata das atribuições de cada cargo da Polícia Civil. Prevê ainda o redimensionamento dos efetivos, incluindo regras para o atendimento remoto e pela central telefônica 197.

Cria o Plano Estratégico da Região Metropolitana

O projeto estabelece um instrumento que define um plano a ser seguido pelos municípios da Região Metropolitana na definição de políticas públicas. São 55 propostas divididas em três temas: Metrópole

Ambiente de negócios 2 (Artigo)

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES

Quando um investidor decide empreender numa expansão ou num novo negócio, em qualquer lugar do mundo, muitas variáveis são analisadas. Já que o fluxo de capitais é livre, países disputam os investimentos.

Uma lista de variáveis, não exaustiva, inclui estabilidade política, ambiente regulatório, condições de financiamento, carga e regras tributárias e trabalhistas, infraestrutura (transporte, logística, saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, energia etc.), disponibilidade de mão de obra preparada, expectativas da política fiscal, harmonia entre os poderes (executivo, judiciário e legislativo) e perspectivas de demanda.

Tudo isso junto é o que chamamos de ambiente de negócios. Será que o Brasil está bem nessa foto, considerando a nova geopolítica mundial, desglobalização, guerra comercial e a transição energética Já respondendo, mais ou menos.

Olhando o copo meio cheio, podemos destacar a aprovação de leis como saneamento básico, **reforma tributária**, créditos de carbono, combustíveis do futuro, hidrogênio verde, programa Brasil Eco Invest e licenciamento ambiental.

Ainda do lado positivo temos toda a cadeia de valor dos projetos de concessão de infraestrutura e uma histórica demanda reprimida pela própria falta de infraestrutura.

Por outro lado, o copo também anda meio vazio por pelo menos duas razões. A primeira é a falta, há décadas, de uma visão de Estado de longo prazo.

Desde a crise da dívida externa e dos choques do petróleo na segunda metade dos anos 70, que culminaram com a hiperinflação e a crise fiscal, temos vivido de puxadinhos, sem um planejamento de longo prazo. A segunda, com acirramento mais recente, é a polarização política acompanhada da desarmonia dos poderes.

Daqui para frente, o copo poderá ficar mais cheio ou mais vazio.

Tudo vai depender da capacidade de articulação de nossos políticos.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil>

Pacote antitarifa terá crédito de R\$ 30 bi, compra do governo e adiamento de tributo

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Depois de duas semanas de espera desde que o presidente americano, Donald Trump, oficializou o tarifaço de produtos brasileiros, o governo vai apresentar hoje um plano de socorro aos setores atingidos. As propostas estão divididas em três grupos, segundo o ministro da Fazenda Fernando Haddad: linhas de financiamento, benefícios tributários e compras governamentais.

Haverá a exigência de manutenção de empregos, como contrapartida aos benefícios, mas com exceções a depender da empresa.

"O texto está 100% definido, é um projeto que contempla as várias demandas dos setores produtivos. Tivemos muitas reuniões com eles, e penso que dentro dos limites estabelecidos ele contempla os afetados", afirmou Haddad após audiência pública no Senado.

O ministro também adiantou que o governo vai abrir crédito extraordinário para financiar as medidas. Isso significa que despesas ficarão de fora do limite de gastos do arcabouço, mas serão contabilizadas para a meta fiscal (balanço entre receitas e despesas das contas públicas).

Especialistas apontam que esses recursos podem ser usados para viabilizar as compras, pelo governo, de produtos que deixarão de ser exportados, e também no caso de diferimento de **impostos** - quando as empresas adiam o pagamento dos **tributos**.

Em entrevista à Bandnews, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que será criada uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões, mas que esse montante "é só o começo" do plano de contingência. "Estamos pensando em ajudar, sobretudo, as pequenas empresas: o pessoal que exporta tilápia, frutas, mel, máquinas. As grandes têm mais poder de resistência", disse Lula.

Como revelou o Estadão, o governo preferiu deixar o anúncio das medidas para depois que o tarifaço fosse oficializado por Trump, para conseguir calibrar com mais precisão as propostas. No anúncio pelo governo americano, cerca de 40% da pauta exportadora do Brasil ficou excluída da alíquota de 50%.

Na visão da Fazenda, a estratégia se mostrou correta, porque acabou reduzindo riscos fiscais, pois menos setores foram atingidos.

PEQUENAS E MÉDIAS. Por um lado, há a preocupação de proteger os setores, principalmente as pequenas e médias empresas; por outro, existe também o objetivo de abrir novos mercados para reduzir a dependência das vendas para os EUA.

Com o receio de agravar o desequilíbrio fiscal, o governo calibrou para que a proposta fosse sob medida para cada empresa, após a análise do CNPJ de cada uma e o peso das exportações sobre o seu faturamento.

Em entrevista à GloboNews nesta semana, Haddad afirmou que o plano tem viés estrutural, além de medidas conjunturais.

Ele disse que estão incluídas duas reformas estruturais que envolvem medidas de crédito e o Fundo de Garantia para Exportações (FGE).

"Estamos fazendo uma reforma estrutural no FGE, com suporte dos demais fundos, para garantir que toda empresa brasileira - não só as grandes - que tiver vocação de exportação terá instrumentos modernos para fomentar a exportação para o mundo inteiro", disse ele, citando a necessidade de redirecionar as exportações.

O ministro confirmou que o plano de contingência terá linhas de financiamento, além de contemplar a questão tributária e autorizar compras governamentais em determinados casos. Ele adiantou que a exigência de manutenção de empregos será flexibilizada em alguns casos.

"Manutenção de emprego está prevista na MP, mas há empresas que não vão poder garantir isso, porque o impacto é muito grande na sua produção, e a MP flexibiliza para alguns casos outros tipos de contrapartida", disse Haddad.

IMPOSTOS. No caso dos **impostos**, umas das medidas que serão adotadas é o drawback (devolução de **impostos** pagos) para a importação de insumos que depois serão exportados em produtos de maior

valor agregado.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que o mecanismo já é muito utilizado no Brasil, mas que governo poderia, provisoriamente, permitir que a venda do produto aconteça dentro do próprio País. "O que o governo pode fazer é permitir que a venda aconteça no mercado interno, para que ela mantenha o seu nível de atividade econômica", afirma. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lucro da Frigol dá salto e chega a R\$ 86,6 milhões

Nayara Figueiredo De São Paulo

O lucro líquido da Frigol, um dos maiores frigoríficos de carne bovina do país, deu um forte salto no segundo trimestre e chegou R\$ 86,6 milhões, de acordo com o balanço que a companhia divulgou ontem. No mesmo período de 2024, o ganho líquido da empresa havia sido de R\$ 1,7 milhão.

De acordo com o CEO da empresa, Luciano Pascon, o desempenho refletiu a melhora nos preços no mercado externo, principalmente na China, e as iniciativas da companhia para diversificar a lista de países para os quais exporta. Nessa estratégia, a Frigol tem optado pelos mais rentáveis.

A China continua a ser o principal destino das exportações da empresa. No entanto, como resultado da diversificação da clientela, a fatia chinesa, que foi de 81% no segundo trimestre de 2024, passou a 77% no mesmo intervalo deste ano.

Israel, o segundo maior comprador de produtos da Frigol, tinha uma fatia de 7% em 2024 e passou a 6% neste ano, enquanto outros mercados aumentaram a participação de 9% para 15%. Integrantes da União Europeia, além de Indonésia, Filipinas e países do Sudeste Asiático, ganharam espaço nas compras. As vendas para o mercado externo representaram 56,3% do faturamento do grupo no intervalo de abril a junho, o que representou um aumento de 4,7 pontos percentuais em comparação com o segundo trimestre de 2024.

Na mesma base de comparação, a receita líquida cresceu 25%, para R\$ 984,1 milhões, e o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) teve um forte aumento, de 234,6%, para R\$ 154,1 milhões.

Em parte, o crescimento expressivo deveu-se ao fato de a base comparativa de 2024 ter sido inferior ao convencional para a empresa. No período de abril a junho do ano passado, o balanço da companhia sofreu um grande impacto negativo da variação cambial, a alta do dólar aumentou o endividamento do frigorífico e pressionou o lucro líquido, que caiu 93% em relação a 2023.

Neste ano, os ganhos tiveram uma forte recuperação,

mas, para Carlos Corrêa, diretor financeiro e de sustentabilidade da Frigol, os resultados do segundo trimestre poderiam ter sido ainda melhores, se não fossem os primeiros reflexos da mudança do ciclo pecuário. Nesse quadro, a oferta de boi gordo diminuiu, o que aumentou o valor da arroba. A alta foi de cerca de 40% na comparação com o segundo trimestre de 2024, segundo Corrêa. A empresa abateu 155 mil bovinos no segundo trimestre, o que representou uma queda de 8% em relação ao mesmo período de 2024.

Pascon disse ao Valor que as perspectivas da empresa são bastante positivas, com as exportações seguindo aquecidas. A Frigol não vende para os EUA e, portanto, não sente mudança direta com o tarifaço americano contra o Brasil.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250813>

STF deve julgar ação que pode impactar contas de energia

Marlla Sabino e Beatriz Olivon

De Brasília O Supremo Tribunal Federal (STF) pode dar um desfecho hoje ao processo sobre a devolução de créditos de **tributos** cobrados indevidamente e usados, nos últimos anos, para reduzir reajustes das tarifas de energia. O caso discute a validade de lei federal de 2022 que garantiu o repasse integral desses valores aos consumidores. Segundo fontes afirmaram ao Valor, o julgamento é considerado o principal risco de aumento da conta de luz no curto prazo na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A discussão da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 7324, protocolada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) em 2022, tem como pano de fundo o julgamento da chamada "tese do século", que se refere à decisão do Supremo que determinou a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

A entidade questiona a legalidade da Lei nº 14.385, de 2022. A norma determinou à agência reguladora do setor elétrico a devolução aos consumidores dos valores advindos de ações judiciais, transitadas em julgado, que estabeleceram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins cobrados na conta de energia.

A Aneel já vinha realizando a devolução de **tributos** de forma excepcional desde 2021, mas não havia uma lei editada sobre o tema. Segundo dados do boletim da agência "InfoTarifa", divulgado nesta semana, neste ano devem ser devolvidos R\$ 5,8 bilhões aos consumidores. Entre 2021 e 2024, foram repassados R\$44,5 bilhões.

As empresas, contudo, defendem que parte dos recursos fiquem com elas por terem apresentado as ações judiciais para recuperar os valores pagos indevidamente. Portanto, elas tiveram custos diretos e indiretos para obter de volta o que foi pago a maior. A avaliação de fontes é que, a depender da decisão do Supremo hoje, pode haver uma sinalização contra o modelo de regulação por incentivo. Isso porque as empresas não teriam apelo para atuar em casos como as ações que buscaram recuperar os valores.

O julgamento foi iniciado em setembro de 2024. Porém, foi suspenso por pedido de vista do ministro

Luís Roberto Barroso, presidente do STF, e pode ser retomado hoje. Por ora, já há maioria formada no sentido de que a lei que prevê a devolução integral aos consumidores é constitucional, com base no voto do relator, o ministro Alexandre de Moraes. Mas os julgadores ainda podem mudar de posicionamento até a conclusão.

Contudo, ainda existem pendências que podem ser resolvidas pelos ministros e influenciar, por exemplo, nos valores que deveriam ter sido devolvidos aos consumidores: prazo de prescrição e o início dessa contagem; e a dedução de gastos das distribuidoras com as ações judiciais -esse último ponto defendido no voto do relator.

O prazo de prescrição representa o tempo de ressarcimento ao qual os consumidores teriam direito. Os ministros irão discutir se deve existir ou não e, caso determinem que sim, qual seria o prazo, de cinco ou dez anos.

Até o momento, o ministro Flávio Dino foi o único que se manifestou contra estabelecer um prazo prescricional. Já os demais ministros que votaram em relação a esse ponto se dividem entre um limite de cinco ou dez anos.

O advogado André Edelstein, sócio do escritório Edelstein Advogados, destaca que outro ponto de controvérsia diz respeito ao momento inicial da contagem desse prazo. "Existem algumas possibilidades, como a data do pagamento indevido, a da publicação da lei, a do julgamento da chamada "tese do século" ou, ainda, da própria ADI 7324", explica.

"Esse marco inicial será determinante para definir quem se apropriará, de forma definitiva, do benefício. Quanto maior o prazo, maior a vantagem para o consumidor, que terá direito a uma devolução mais ampla. E vice-versa", acrescenta ele.

Nos dois casos, com prazo de cinco ou de dez anos, os consumidores teriam que "devolver" valores às distribuidoras, já que o desconto que vem sendo aplicado considerou todo o período em que elas pagaram ICMS na base do PIS e da Cofins e não um recorte específico com base na regulamentação - e a maior parte já foi devolvido aos consumidores como

desconto em tarifa.

"Caso haja uma decisão a favor da prescrição, os resultados dos reajustes tarifários futuros poderão ser majorados, tendo os consumidores de devolver recursos às distribuidoras", aponta a Agência Nacional de Energia Elétrica.

A conta de energia elétrica poderá aumentar, em média, 20%, a depender do que for decidido, segundo nota técnica da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace), parte interessada na ação. Essa é a estimativa para prescrição em dez anos. Se forem cinco, a estimativa de impacto médio nas tarifas de energia varia de 5% a 8,2%, a depender de quando começará a ser contado o prazo prescricional.

A diretora jurídica da associação, Aline Bagesteiro, defende o repasse integral dos valores aos consumidores. "Foram eles que suportaram o pagamento desse encargo", afirma.

A advogada Andréa Mascitto, sócia do Pinheiro Neto Advogados, aponta que é necessário ter cuidado porque, a partir do momento em que há uma lei que manda a distribuidora devolver ao consumidor via tarifa, não faz sentido correr o risco de algum provimento de ações civis públicas, que são ajuizadas por associações em busca de indenização do valor. "O cuidado é de não haver uma obrigação de devolver em duplicidade." Procurada pelo Valor, a Abradee informou que "acompanha com atenção a tramitação sobre o assunto no Supremo Tribunal Federal".

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250813>

IPCA ainda acima do teto

RAFAELA GONÇALVES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, foi de 0,26% em julho, novamente pressionado pela conta de luz. No ano, a **inflação** acumulada é de 3,26% e, nos últimos 12 meses, de 5,23%, permanecendo acima do teto previsto para meta.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o maior impacto individual sobre o indicador, em julho, foi o da energia elétrica residencial, assim como nos últimos três meses.

Em contrapartida, os preços dos alimentos consumidos no domicílio recuaram, contribuindo para atenuar a elevação generalizada da **inflação**.

Em julho, manteve-se a bandeira tarifária vermelha patamar 1, vigente desde junho, que adiciona R\$ 4,46 na conta de luz a cada 100 Kw/h consumidos. O patamar indica que as condições de geração de energia estão mais críticas, resultando em um custo mais elevado para a produção.

Segundo o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, de janeiro a julho, a energia elétrica residencial acumula uma alta de 10,18%.

"Esta variação é a maior para o período de janeiro a julho desde 2018 quando o acumulado foi de 13,78%", afirmou.

Na comparação com o mês anterior, o IPCA apresentou uma variação de 0,02 ponto percentual, ante os 0,24% registrados em junho.

O resultado do mês ainda ficou abaixo do piso das projeções do mercado financeiro. A mediana das expectativas era de 0,36%, com intervalo previsto entre 0,30% e 0,39%.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis registraram alta nos preços. O grupo transportes acelerou para 0,35% em julho, ante 0,27% em junho, impulsionado por uma alta de 19,92% das passagens aéreas, segundo maior impacto individual na **inflação** de julho. Os combustíveis, por sua vez, recuaram 0,64% no mês com quedas nos preços do etanol, do óleo diesel, da gasolina e do gás veicular.

Entre os que registraram retração, o destaque novamente foi para alimentação e bebidas, cujos

preços tiveram queda de 0,27%, segundo mês consecutivo no campo negativo. O resultado de julho foi puxado por uma retração de 0,69% da alimentação no domicílio, com destaque para a baixa nos preços da batata-inglesa, cebola e arroz.

Já a alimentação fora do domicílio acelerou para 0,87% em julho, com destaque para o subitem lanche.

"Com a queda de alimentos importantes na cesta de consumo das famílias, o resultado do IPCA no mês ficou em 0,26%. Sem a contribuição dos alimentos, a **inflação** seria de 0,41%. As altas no grupamento de alimentação fora do domicílio refletem o período de férias", destacou o gerente da pesquisa.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/7693/13-08-2025.html?all=1>

Crise econômica afunda Bolívia às vésperas da eleição

Em uma esquina do centro de La Paz, capital da Bolívia, a poucos dias das eleições gerais do próximo domingo, Wilson Paz percorre mais de dez estabelecimentos, mas não encontra pão fresco: a crise econômica deixou os padeiros sem farinha novamente.

- Estamos esperando ansiosamente que as eleições cheguem de uma vez para mudar este modelo que nos empobreceu bastante - afirma o trabalhador autônomo de 39 anos, cuja família tem sete membros.

A escassez de alimentos, combustíveis e dólares agrava o mal-estar no país, dias antes das eleições presidenciais e legislativas que, pela primeira vez em 20 anos, não terão um candidato da esquerda liderando as pesquisas. Em vez disso, dois candidatos da direita, o empresário Samuel DoriaMe-dina e o ex-presidente Jorge Quiroga (2001-2002), aparecem na frente nas sondagens.

Independentemente de quem vencer o pleito, o próximo presidente da Bolívia enfrentará o desafio de implementar reformas amplas, como reduzir o déficit fiscal de cerca de 10%, ajustar os preços dos combustíveis -que podem até triplicar -e negociar com credores internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), para garantir dólares e estabilizar a economia.

O governo do presidente Luis Arce, que não concorrerá à reeleição, quase esgotou suas reservas internacionais de dólares para sustentar sua política de subsídios. Além disso, importa gasolina e diesel e alguns insumos como o trigo, para fazer farinha, e os vende por um preço mais baixo no mercado interno. Mas, sem divisas para as compras interna-

cionais, a disponibilidade desses produtos se tornou inconstante e causa longas filas.

Segundo a revista Américas Quarterly, Arce culpou recentemente os parlamentares bolivianos por não aprovarem projetos de lei importantes que autorizariam financiamento externo.

- Quando há problemas econômicos, eles apontam para o governo como se fôssemos os culpados -disse o presidente em um evento público em La Paz. -Os culpados estão sentados na Assembléia Legislativa,

porque não aprovam empréstimos, porque querem nos prejudicar diante do povo, dizendo que não sabemos fazer nada.

QUALQUER UM É MELHOR"

Há 17 projetos de lei em análise que devem gerar US\$ 1,7 bilhão (R\$ 9,8 bilhões) em investimentos no país, de acordo com o Ministério do Planejamento de Arce.

-Com este governo não há esperança. Ele tem que sair e entrar outro que saiba como vivem os pobres - diz Ligia Maldonado, uma dona de casa de 70 anos que sai da padaria sem seu pão "marraqueta" (semelhante ao francês), seu favorito e que é subsidiado para os moradores de La Paz.

Em meio à **inflação** de 24,8% em julho -a mais alta desde 2008 -, o marraqueta é um dos poucos produtos que não registrou aumento devido ao controle de preços do governo. Outros pães, sem subsídio, são vistos nas prateleiras. Mas, como muitos produtos, o preço disparou e já não estão ao alcance de todos. Nos postos de gasolina, motoristas já se acostumaram a perder horas de trabalho em filas extensas.

-Cheguei às 6h e só agora às 11h estou entrando para abastecer -conta o taxista Manuel Osinaga.

A exportação de gás natural,

antes o principal motor da economia boliviana, que mantinha uma importante entrada de divisas para o país, está em queda livre desde 2017. Segundo o governo, no ano passado,

as vendas do hidrocarboneto representaram apenas US\$ 1,6 bilhão (R\$ 9,8 bilhões, na cotação da época), enquanto os desembolsos que o governo fez ao exterior, por conta da

dívida externa e de importações, chegaram a US\$ 5 bilhões (quase R\$ 31 bilhões).

O valor da moeda americana dobrou no mercado paralelo e disparou o preço de vários produtos básicos. Carlos Tavera, socialista aposentado de 65 anos, garante que apoiará o melhor candidato da oposição, mesmo da direita.

- Qualquer um é melhor do que isso. Agora não temos dólares. Há filas para gasolina, para pão, para tudo. Nos hospitais não há medicamentos -acrescenta.

RUMO À HIPERINFLAÇÃO

O economista Napoleón Pacheco, professor da Universidade Maior de San Andrés, indica que os bolivianos agora são mais pobres em geral.

- O pouco que se ganhou nos anos anteriores foi sendo perdido porque a economia se contraiu [com o aumento da informalidade e da inflação].

Um estudo da Fundação Jubileu da Bolívia alerta que a pobreza atual seria de 44% se considerado o aumento do custo de vida, um número muito maior do que o relatado pelo governo (36%).

- Eu diria que estamos à beira de iniciar um processo hiperinflacionário - diz Pacheco, explicando que o governo busca estabilizar a economia através da emissão de moeda local.

Entre 2023 e 2024, a massa monetária em circulação cresceu 20%. Agora, segundo o especialista, são necessárias medidas drásticas, como uma mudança na política de subsídios e o fechamento das empresas públicas deficitárias.

- Acho que se aproxima um período, parafraseando Churchill, de sangue, suor e lágrimas. E preciso apertar os cintos -conclui.

No início dos anos 2000 e ao longo da primeira década, os preços elevados das commodities impulsionaram várias economias latino-americanas, e a Bolívia foi a segunda maior beneficiária do boom, atrás apenas da Venezuela. Em 2014, o país havia acumulado quase US\$14 bilhões em reservas cambiais - principalmente vindas das exportações de gás -, o equivalente a cerca de R\$ 70 bilhões. Entretanto, a produção e exploração de gás não se expandiram adequadamente, fazendo com que a receita governamental despencasse. Apesar disso, o governo sustentou subsídios elevados e manteve uma taxa de câmbio fixa.

Estima-se que hoje as reservas totais sejam inferiores a US\$ 2 bilhões (menos de R\$ 10 bilhões), principalmente em ouro, com menos de US\$ 50 milhões (aproximadamente R\$ 250 milhões) em moeda estrangeira.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Plano prevê conciliar PIB maior e redução de gás-estufa

Ao adotar as medidas previstas no Plano de Transformação Ecológica (PTE), o Brasil pode conciliar crescimento econômico e geração de empregos com redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), de modo a ficar perto de alcançar a neutralidade das emissões líquidas até 2050. A conclusão faz parte de estudo divulgado na terça-feira (12) pelo Ministério da Fazenda e desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) sobre o impacto do PTE na economia e nos objetivos climáticos.

O PTE reúne uma série de políticas públicas do governo federal para serem implementadas em curto, médio e longo prazos. Essas ações estão previstas em seis grandes eixos e buscam impulsionar o crescimento econômico sustentável do país e alcançar as metas para redução de GEE estabelecidas pelo Brasil na Conferência do Clima da ONU.

Entre as iniciativas que fazem parte do plano, estão a regulamentação do mercado de carbono, a criação de uma taxonomia sustentável, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) e os programas Combustível do Futuro, EcoInvst, Nova Indústria Brasil, Fundo Clima, Hidrogênio de Baixo Carbono.

O secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, afirma que, mesmo em um cenário de restrição fiscal e num contexto internacional mais adverso, o governo brasileiro vem conseguindo avanços nessa pauta. "Ter restrições aqui e acolá nem de longe inviabiliza essas medidas", disse Dubeux.

O estudo projeta que a implementação das políticas públicas do plano pode aumentar o

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em média 0,8 ponto percentual (p.p.) ao ano até 2035 e em 0,15 p.p. até 2050, considerando o cenário macroeconômico otimista.

No curto prazo (2025-2030), o crescimento médio do PIB aumenta de 2,38% (cenário-base intermediário) para até 3,02% com o programa implementado. No médio prazo (2025-2040), o crescimento médio vai de 2,10% (base) para até 2,38%. Já no longo prazo (2025-2050), sobe de 2,05% para até 2,21%.

Ainda de acordo com o estudo, os efeitos positivos do PTE sobre a economia são maiores nos dez a 15 anos iniciais de implementação do programa, período em que se observa um pico nos ganhos de produtividade, investimento e redução de emissões, se o plano for implementado.

Outra conclusão do estudo é que, no cenário mais otimista (implementação do plano e taxa de crescimento de 2,5% da economia), o programa pode elevar a renda per capita da população em aproximadamente 4 p.p. até 2050, com pico de até 6 p.p. em 2035.

Em relação ao mercado de trabalho, o estudo aponta que, em média, a implementação completa do PTE leva a um acréscimo de 2 milhões de empregos na economia em qualquer cenário macro. O modelo também aponta que a maioria dos empregos gerados pelo programa ocorre nos primeiros anos após a implementação das ações.

Por setor, o estudo mostra que o emprego pode aumentar em todos os segmentos da economia, exceto nos cenários macroeconômicos pessimistas. "Dessa forma, o modelo mostra que tornar a economia brasileira mais verde não implica perda de empregos em setores importantes."

O documento aponta, ainda, uma tendência a declínio da de-

"Ter restrições aqui e acolá nem de longe inviabiliza essas medidas" Rafael Dubeux

sigualdade de renda em todos os cenários de implementação do PTE, considerando o índice de Palma (medida de desigualdade adotada para o modelo). De acordo com o modelo, o PTE não aumenta a desigualdade de renda em nenhum cenário.

O estudo não traz, contudo, um cálculo sobre o impacto que as medidas trarão para a **inflação**. Questionado sobre esse tema, Dubeux respondeu que toda transição tem "custos e oportunidades". "Esse estudo reforça a ideia que, no agregado, o Brasil tem ganho líquido nesse cenário", disse o secretário.

Ele também apontou que as medidas podem ser calibradas para evitar um efeito inflacionário. Como exemplo, citou os aumentos de mistura de biodiesel no diesel e de etanol na gasolina, que têm sido feitos sem gerar pressão sobre os

preços. "Enquanto muitos países encaram essa mudança de paradigma econômico como um custo para a sociedade, aqui no Brasil, encaramos como uma oportunidade que pode trazer ganhos reais de renda, além do impacto ambiental menor", afirma Dubeux.

As políticas do Plano de Transformação Ecológica também podem reduzir as emissões de GEE para quase zero até 2050.0 cenário contempla a adoção completa do plano. Ainda nesse cenário, o desmatamento é eliminado e o setor agropecuário passa a atuar como removedor líquido de dióxido de carbono (CO₂), compensando as emissões remanescentes da indústria, eletricidade e outros setores.

O documento alerta que, em um contexto de alto crescimento econômico, a demanda crescente pode exercer pressão significativa sobre a disponibilidade de terras e representar um risco de aumento do desmatamento. "Para mitigar esses riscos, será fundamental aliar as políticas do plano com a promoção de ganhos de produtividade da terra, para atender à demanda sem comprometer os limites ambientais", diz o estudo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188295?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188295?page=1§ion=1)**

O Pix e o PIB (Artigo)

Por Ricardo Barboza

Desde 2021, o **PIB** brasileiro tem surpreendido positivamente, superando as previsões do mercado. Em 2022, 2023 e 2024, o crescimento ficou acima até mesmo das estimativas mais otimistas entre as mais de cem que compõem a pesquisa Focus do Banco Central (ver gráfico). Para 2025, o consenso do mercado começou o ano projetando alta de 2% e hoje já aponta para 2,2%, enquanto o FMI prevê 2,3% e o Ministério da Fazenda, 2,5%. Ou seja, uma nova surpresa positiva não pode ser descartada.

Como é possível que o **PIB** cresça, ano após ano, mais do que preveem dezenas de economistas especializados em conjuntura?

Não faltam hipóteses nesse debate - até porque, muito provavelmente, não há uma única explicação. Diversos colegas já apontaram os efeitos de uma política fiscal mais expansionista, da composição da despesa pública (com maior peso de rubricas com alto efeito multiplicador) e da poupança acumulada em 2020. Também já destacaram a renda do setor agropecuário (su-persafras) e as reformas realizadas desde 2016. A lista é grande.

Hoje, quero explorar uma hipótese bastante específica, em-basada em estudos recentes, qual seja, a de que o Pix pode ter tido impacto positivo sobre o **PIB**.

Antes de tudo, é importante entender o fenômeno que é o Pix: não existe um sistema de pagamentos rápidos (do inglês "fast payment system") tão bem-sucedido no mundo quanto o brasileiro. Para quem tem dúvidas, vale dar uma olhada no estudo recém produzido pela Labrys, denominado "Pix: The new gold standard for Fast Payment Systems". O Pix virou benchmark entre mais de 120 países com iniciativas semelhantes. Até Paul Krugman, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, escreveu um artigo sobre o Pix com o título: "Has Brazil Invented the Future of Money?".

Isto posto, chama atenção o aspecto temporal. Lançado em novembro de 2020, o Pix foi rapidamente adotado pelos brasileiros. Três meses após o lançamento, o volume financeiro transacionado via Pix já equivalia a 50% do **PIB**. Oito meses depois, metade da população adulta já havia utilizado esse meio de pagamento. Aliás, foi justamente nesse período que o **PIB** voltou a surpreender positivamente, após uma década marcada por frustrações. Entre 2011 e 2020, o

crescimento econômico ficou abaixo das expectativas do mercado em 9 dos 10 anos - a chamada "década frustrada". De 2021 em diante, o cenário mudou: o **PIB** tem superado as projeções em todos os anos da década atual.

Coincidência? Provavelmente não. Um estudo recente, feito por pesquisadores do BIS, com dados de 101 países, mostra que pagamentos digitais impulsionam a atividade econômica: cada aumento de 1 ponto percentual no uso desses meios está associado, em média, a um acréscimo de 0,1 p.p. na taxa de crescimento do **PIB** per capita em dois anos. A parcela de adultos que usa pagamentos digitais no Brasil passou de 57,9% em 2017 para 77,4% em 2024.

Antes do Pix, o dinheiro em espécie dominava grande parte das transações. Em muitas situações, era preciso sacar os recursos em um caixa eletrônico ou físico para poder consumir. Hoje, o Pix é o principal meio de pagamento do país. Cerca de 95% dos adultos e 84% das empresas já o utilizam. É difícil imaginar que essa onda de pagamentos rápidos não tenha gerado nenhum impacto positivo sobre o **PIB**.

Com o Pix, ficou bem mais fácil fazer uma compra. Por ser uma forma de pagamento extremamente conveniente, o Pix fez muita gente abrir uma conta em uma instituição financeira para poder usufruir dessa conveniência. Com mais pessoas bancarizadas e com um meio de pagamento simples à mão, ficou mais fácil consumir e isso impulsiona o **PIB**. Além disso, após a introdução do Pix, muitos comerciantes passaram a discri-

minar preços. Hoje, é comum ver o famoso "5% de desconto no Pix" em vários comércios. Com preços menores, mais compras devem ter sido realizadas.

Na esteira da maior bancarização gerada pelo Pix, as pessoas tiveram acesso a mais produtos financeiros. Estudo muito interessante, de Matheus Sampaio e José Renato Ornelas, mostra que, embora muitos analistas achassem que o Pix substituiria outros meios de pagamento, ele se revelou complementar. Aumentou, por exemplo, a demanda por cartões de crédito e de débito. Com mais acesso a crédito, o **PIB** provavelmente aumentou.

Importante mencionar que cartões de crédito representam quase 70% das concessões de crédito para pessoa física no Brasil e a correlação entre as

concessões reais de crédito via cartão de crédito para pessoa física e o **PIB** do Brasil é enorme, de 85% na última década.

Outro ponto relevante, há evidências de que a adoção de sistemas de pagamentos rápidos, como o Pix, estão associados com menor informalidade no mercado de trabalho. Isso também faz o mercado de crédito aumentar, pois empregados formais têm mais informação disponível do que empregados informais, facilitando a concessão de crédito e o **PIB**. Também há que se notar que o Pix aumentou a competição bancária no Brasil, pois estimulou a entrada de novas instituições financeiras digitais. Com mais competição, preços diminuem e as quantidades aumentam, sem contar que há mais inovações nesse ambiente.

Com efeito, o indicador de Lcr-ner, que é uma proxy para competição bancária, começou a cair justamente a partir do segundo semestre de 2020, após alguns anos de elevação. Essa maior competição aumentou o bem-estar dos brasileiros de forma substancial: paper recente de Sergey Sarkisyan, da Ohio State University, indica que o Pix gerou um aumento de bem-estar equivalente a 15% de aumento no **PIB** per capita.

Além disso, há evidência mostrando que, ao reduzir o poder de mercado dos bancos, o Pix aumentou a potência da política monetária no Brasil.

Diante dessas evidências, o Banco Central acerta ao seguir ampliando e aperfeiçoando o ecossistema do Pix. Só neste ano, vemos o lançamento do Pix Automático (pagamento de contas recorrentes de forma prática), do Pix por aproximação (eliminando a fricção de inserir uma chave ou de ler um QR Code na hora de pagar) e os debates sobre o Pix parcelado (possibilidade de fazer Pix sem saldo em conta) e o Pix com garantia (uso de recebíveis futuros de Pix como garantia, melhorando o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas).

Iniciativas como o Pix mostram que modernizar o sistema financeiro também pode ser uma política de desenvolvimento econômico. No fim das contas, o Pix não seria apenas um meio de pagamento moderno, mas um motor a impulsionar o **PIB** de forma estrutural.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188295?page=1§ion=1>

Dólar fica abaixo de R\$ 5,40 e Ibovespa salta 1,69% com retomada de otimismo

Gabriel Roca, Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira De São Paulo

O movimento de enfraquecimento da divisa americana ao redor do mundo ontem coincidiu com a divulgação de um dado de **inflação** doméstica melhor do que o esperado pelos investidores. A conjunção dos fatores resultou em um pregão de amplo otimismo nos mercados domésticos, com o dólar encerrando a sessão abaixo dos R\$ 5,40, em seu menor patamar desde junho do ano passado. O Ibovespa teve forte alta e os juros futuros recuaram em meio às apostas renovadas pelo início do ciclo de cortes da Selic no Brasil.

A dinâmica de recuo do dólar global ganhou força em meio à divulgação dos dados do índice de preços ao consumidor (CPI) nos Estados Unidos. Ainda que as medidas do núcleo de **inflação** tenham superado as estimativas dos investidores, a leitura majoritária é que a política comercial americana não tem, até o momento, provocado grandes efeitos nos preços. Neste contexto, cresceram as apostas de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) possa cortar os juros em setembro. Receios sobre mudanças nos quadros no Departamento de Estatísticas do Trabalho dos EUA (BLS) também trouxeram pressão adicional de enfraquecimento na moeda.

O ambiente de dólar global fraco contribuiu para um dia de expressiva valorização da moeda brasileira. A divisa americana fechou o dia em queda de 1,06%, negociada a R\$ 5,3855, em seu menor patamar desde 14 de junho de 2024. O movimento apagou toda a alta acumulada pelo dólar desde o anúncio tarifário de Donald Trump contra o Brasil. No ano, o dólar registra queda de 12,85% frente ao real, a maior desvalorização entre as moedas mais líquidas da América Latina e uma das maiores dos mercados emergentes, apenas atrás das observadas no leste europeu.

"Estamos nos surpreendendo com a apreciação do câmbio mês após mês. A consistência dessa valorização, mesmo com esses problemas, se dá pela combinação de dois fatores: dólar fraco globalmente e os nossos juros superelevados", afirma a economista-chefe da Buysidebrazil, Andréa Dami-co, ao lembrar que o ambiente de valorização do real ocorre mesmo

com um fluxo de capital negativo para o Brasil e incertezas sobre as tarifas americanas, eleições e política fiscal doméstica. "Teoricamente, tudo isso que pesa para o câmbio. Nos levaria a pensar que o dólar voltaria para R\$ 6,00 ou até R\$ 6,30, mas não é isso o que está acontecendo", diz.

Segundo ela, os juros elevados no Brasil ampliam o diferencial das taxas do Brasil não só em relação aos EUA, mas também na comparação com quase todos os mercados mais relevantes. "O BC mexicano cortou os juros há poucos dias, enquanto nós seguimos com a Selic a 15%. Além disso, a diferença entre o CDS [Credit Default Swaps] do Brasil e do México caiu, então é como se nós estivéssemos pagando juros muito mais elevados [a quem investe no Brasil], com um prêmio de risco relativamente baixo", aponta. "Isso nos deixa mais atrativos." Ainda que o fluxo real não mostre a participação maior do estrangeiro nos ativos brasileiros, Damico diz que é preciso levar em consideração o desempenho dos mercados de derivativos. "Como os próprios integrantes do Banco Central costumam dizer, as negociações no mercado de derivativos são dez vezes maiores do que as que ocorrem no mercado à vista. Isso tem importância na formação de preço do câmbio." A apreciação recente do real foi um dos fatores que também contribuíram para o IPCA mais baixo divulgado ontem. Participantes do mercado notam que tanto o índice cheio como o qualitativo da **inflação** surpreenderam positivamente, reforçando a perspectiva de que o BC deve encontrar espaço para cortar os juros em breve.

Ontem, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 teve forte baixa de 14,075% a 13,97%, enquanto a do DI de janeiro de 2029 recuou de 13,19% para 13,13%.

A Kinea Investimentos tem ganhado convicção na perspectiva de que a atividade doméstica irá desacelerar ao longo do segundo semestre e o IPCA de julho, segundo o gestor de renda fixa, Roberto Elaiuy, reforça a aposta na queda dos juros nominais do Brasil.

"Aumentamos um pouco o risco no mês passado nos juros. Não tanto na parcela mais curta da curva, porque temos menos confiança no momento em que o Banco Central irá começar a cortar. Temos acompanhado as falas dos membros do Copom e

ainda há uma resistência, inclusive, a admitir que eles pararam de subir os juros. Por isso temos alongado nossas posições", diz.

Elaiuy nota que há aproximadamente 2,75 pontos percentuais de cortes precificados na curva, mas que existe assimetria para que o afrouxamento monetário seja maior do que o antecipado atualmente. "Historicamente, o mercado sempre subestima o tamanho dos ciclos, tanto na alta quanto nos cortes. A curva hoje tem aproximadamente 2,75 ponto percentual de cortes e a chance de ser mais do que isso é maior", aponta.

Para o gestor, parece se desenhar um cenário favorável para a queda dos juros nominais neste momento. "Já há cortes na curva, mas acreditamos que com o cenário econômico indo na direção de uma desaceleração, a convergência da **inflação** a um nível mais próximo à meta, o exterior favorável, com o Fed cortando, e um dólar mais fraco, achamos que o mercado pode continuar reduzindo esses prêmios", afirma.

O economista-chefe do Daycoval, Rafael Cardoso, avalia que um dos destaques do IPCA de julho foi a deflação mais forte do que a esperada da parte de alimentação, além de uma surpresa baixista em bens industriais. Houve, ainda, uma melhora na parte de serviços intensivos em trabalho, o que ajudará o trabalho do Banco Central no controle da **inflação**, diz.

"Tivemos esses choques baixistas em itens mais voláteis e houve uma melhora qualitativa na **inflação**, que já vem ocorrendo há alguns meses, mas que ganhou tração nessa leitura", observa.

Nos cálculos da casa, o Banco Central poderá cortar os juros a partir da primeira reunião do ano que vem. "Nosso cenário-base começa com duas quedas de 0,25 ponto. Depois, aumenta o ritmo para 0,50 ponto." A perspectiva de cortes de juros também impulsionou o Ibovespa, que encerrou a sessão com alta expressiva de 1,69%, aos 137.914 pontos. Ações ligadas à economia doméstica estiveram entre as maiores altas do dia. Assai ganhou 7,18% e Vamos subiu 4,80%.

Apesar da valorização do índice, o percentual de gestoras que estimam que o Ibovespa poderá encerrar acima dos 140 mil pontos neste ano caiu entre os meses de julho e agosto, passando de 83% para 45%, segundo uma pesquisa mensal feita pelo Bank of America (BofA) com 31 gestoras da América Latina, que possuem US\$ 110 bilhões sob gestão.

Houve uma mudança significativa também nas expectativas das casas sobre o Brasil. Atualmente,

apenas 35% das gestoras avaliam que o país poderá performar acima do México nos próximos seis meses, bem abaixo dos 77% vistos no mês anterior. Após um período de elevada volatilidade no Brasil, quase metade dos participantes acredita que os ruídos em torno da política tarifária americana irão perder força tanto por aqui quanto no México. Na visão das casas, os maiores riscos de cauda para a América Latina são as tarifas americanas e a desaceleração da economia dos Estados Unidos.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250813>

Economia do país está desacelerando, diz Alfredo Setúbal

LianeThedim

Do Rio Alfredo Setúbal, presidente-executivo (CEO) da Itaúsa, maior empresa de participações do Brasil, afirmou ontem que já vê "sinais de uma pequena desaceleração" da economia brasileira em relação ao ano passado. Segundo ele, o grande fator dessa perda de ritmo "é uma inflação de alimentos um pouco mais alta, que tira um pouco da renda das pessoas físicas para consumo, para reformas de casas e tudo o mais." Na apresentação de resultados da holding no segundo trimestre, Setúbal frisou que não vê queda e, sim, avanço menor da atividade.

"A mesma coisa a gente observa no Itaú Unibanco, que tem crescido de maneira mais lenta a sua carteira de crédito, mas ela está crescendo." O banco, prosseguiu ele, está "tomando menos riscos e exigindo mais garantias." O CEO da Itaúsa citou as previsões do Itaú BBA de crescimento do **PIB** neste ano, de 2,2%, frente à taxa de 3,4% de 2024. Para Setúbal, o primeiro semestre foi mais desafiador por causa da alta de juros somada ao "cenário internacional bastante difícil", com guerra no Oriente Médio e, sobretudo, a nova política comercial dos EUA.

"Apesar desse ambiente a gente trabalha com uma inflação ainda relativamente controlada, apesar de bem acima da meta, o que leva a essa taxa de juros de 15% bastante alta", avaliou.

De acordo com o CEO da Itaúsa, a previsão é que os juros continuem altos, mas a expectativa é de que o segundo semestre seja positivo para a holding. "O Itaú Uni-banco continua sendo o nosso grande destaque para o ano." A holding tem em carteira, além do banco, participações em Motiva (antiga CCR), Aegea, Alpargatas, Copa Energia, Dexco e NTS.

Ao fim de junho, os ativos da Itaúsa somavam R\$ 159,3 bilhões, avanço de 24% em um ano. No semestre, o lucro líquido recorrente bateu recorde e foi de R\$ 7,9 bilhões, crescimento de 10% frente ao mesmo período de 2024.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250813>

FIP aberto ao varejo exige cuidado e perfil adequado

Júlia Lewgoy

De São Paulo Os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) - que investem em participações societárias em empresas não listadas em bolsa - devem ser abertos aos pequenos investidores nos próximos meses, mas exigem cuidado. Um estudo mostra que as taxas de retorno desses produtos são mais dispersas do que em fundos de ações: alguns entregam ganhos altíssimos, enquanto outros, perdas enormes. A disparidade de performance é reflexo da pouca diversificação das carteiras.

Os FIPs, na prática, mais conhecidos como fundos de "private equity" e "venture capital", entram na categoria de alternativos e compram fatias de companhias em desenvolvimento, que tem potencial de crescimento alto. O objetivo é vender essas participações com lucro no futuro.

Até aqui, os FIPs eram restritos aos investidores profissionais e qualificados, que tem no mínimo R\$ 1 milhão em patrimônio financeiro, mas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) permitirá que esses fundos sejam distribuídos para o público de varejo nos próximos meses.

Uma análise de 50 FIPs no país mostra uma grande diversidade de performance em cinco anos: o pior deles perdeu 61,8% de dezembro de 2018 a dezembro de 2023, enquanto o melhor rendeu 380,4% no mesmo intervalo. O retorno mediano - o valor central de um conjunto de dados quando estão ordenados - alcançou 23%, abaixo da **inflação** no mesmo período, de 32,8%. A maioria (68%) dos fundos apresentou um desempenho positivo, mas a minoria (40%) rendeu mais que a **inflação**.

O estudo foi elaborado por Antonio Sanvicente, doutor (PhD) em finanças pela Universidade de Stanford e ex-professor sênior da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). O levantamento foi feito com base em dados da Economatica.

O levantamento considera apenas carteiras que cobram taxa de performance quando o fundo apresenta um desempenho maior que a variação do IPCA, mais uma taxa de administração fixa. Alguns fundos usam outros índices para cobrarem a

performance, como o CDI (que anda colado na Selic, a taxa referência para os juros no Brasil), mas o Ibovespa nunca é referência.

A dispersão de retornos é muito diferente do que se observa nos fundos de ações, que compram papéis negociados na bolsa e apresentam um desempenho mais comparável. Vários portfólios tem carteiras muito parecidas, porque investem nas ações mais líquidas. As carteiras também costumam ser mais diversificadas do que as dos FIPs.

A pesquisa de Sanvicente também analisou as carteiras de 51 FIPs, obtidas pelo sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A mediana dos fundos aplica em apenas duas ações, a enorme maioria não negociada em bolsa. Os FIPs que mais diversificam as carteiras aplicam em 10 ações - e apenas dois dos 51 estão nesse grupo - enquanto os fundos que menos diversificam aplicam em apenas uma ação ou mesmo em nenhuma.

O autor do estudo explica que é esperado que alguns FIPs rendam muito, quando investem em apenas uma companhia ou em poucas empresas que deram bastante certo, assim como é esperado que outros rendam mal, quando investem em uma companhia mal-sucedida. A dispersão enorme de retornos tem a ver com o fato que as carteiras dos FIPs nem de longe são diversificadas como as dos fundos de ações.

"O pequeno investidor que entrar em FIPs tem que contar com a sorte", afirma Sanvicente. "Não acho que as características dos FIPs são um problema em si. Porém, esses fundos são bem diferentes dos outros produtos oferecidos atualmente e os investidores não podem pensar que estão entrando em algo parecido", diz.

O ex-professor da USP lembra que os FIPs não tem liquidez e que o investidor consegue fazer o resgate só quando termina o prazo do investimento, enquanto nos fundos de ações dá para entrar e sair sem carência, em geral. Ele ressaltava também que não fica claro como é calculado o valor da cota desses fundos, porque as empresas da carteira não estão na bolsa e não contam com uma cotação de mercado.

Assim como diferentes gestores, Sanvicente apoia a abertura dos FIPs para os investidores pequenos, mas

alerta que a aversão do investidor ao risco precisa ser muito baixa e o investidor não pode concentrar as suas aplicações nesses veículos. Algumas gestoras têm fundos que compram cotas de FIPs, que são investimentos mais diversificados e são mais aconselhados para comprar.

O valor mínimo de investimento nos FIPs é alto: começa em R\$ 10 mil às vezes, mas pode chegar à casa dos milhões. A vantagem de investir é a diversificação da carteira e o bom potencial de retorno. Esses fundos podem realizar todo o processo de amadurecimento das companhias, a ponto de levar algumas para a bolsa. Contudo, eles se expõem a mais riscos e o mais importante: são ilíquidos, ou seja, não dá para contar com o dinheiro de volta a qualquer hora.

Os FIPs são um investimento de renda variável muito diferente das ações em bolsa ou dos demais fundos de investimentos. Os fundos são fechados e, assim, os cotistas investem quando as ofertas abrem, mas resgatam o dinheiro apenas quando acaba a sua duração ou quando o gestor vende a sua participação nos negócios e a liquidação do fundo é definida em assembleia. Isso pode demorar anos ou até uma década. Assim, esses investimentos são para o longo prazo.

Além desses fundos serem ilíquidos, a variação dos retornos é grande. A diferença entre os fundos muito bons e os muito ruins é maior do que nas demais classes. Ou seja, assim como o investidor pode ter um retorno excelente, pode se machucar. Assim, o investimento pode valer a pena, mas é aconselhado apenas para investidores com objetivos e perfil alinhados a esse perfil de produto.

^«iioeste.coin Leia a íntegra do texto no site: www.valorinveste.com

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250813>